



## QUEM É ESSE “NOVO SÉCULO”?<sup>1</sup>

**Roberto Marques<sup>2</sup>**

### **Apresentação**

Eu penso que o tema proposto para a mesa Perspectivas da Formação de Professores para o Enfrentamento dos Desafios do Novo Século é potente e precisa ser discutido na sua complexidade. Aliás, “complexidade”, essa palavra tão maltratada, eu diria. Afinal, a preocupação com a formação docente é algo que não sai dos debates no campo educacional; pelo menos desde os anos de 1930, com o movimento dos pioneiros da educação.

E esse debate retorna hoje, com muita força, em tempos de políticas globais e do surgimento de novos atores políticos – como os distintos setores empresariais, o mercado financeiro, fundações filantrópicas internacionais e organizações supranacionais. Entre acordos, costuras, embates e disputas, alguns projetos ganham corpo, se transformando em discursos, ações e políticas. Por isso, eu leio o título dessa mesa como uma pergunta e para responder a essa pergunta eu vou fazer uma inversão na sua construção. Eu vou direto para o final: “um novo século”. O que seria esse “novo século”?

Primeiro, precisamos tentar entender o que estamos chamando de “novo século”, para então podermos saber quais seriam os desafios que ele nos impõe. A ideia de um novo século como algo que teria vida própria, ou demandas próprias e que nos imporiam desafios é uma espécie de armadilha discursiva que opera como ideologia, na medida em que pauta os nossos pensamentos e ações, atuando como referência para os nossos atos, comportamentos e até mesmo a nossa imaginação. Explico. Na sua obra mais famosa Mark Fisher deixou um subtítulo em forma de pergunta bastante didático: “Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?”. Em linha bem distinta, mas com alguns pontos significativos de convergência, o neurocientista Sidarta Ribeiro, em “O Oráculo da Noite”, nos alertou para a relação entre a nossa cultura moderna-ocidental-capitalista, que coloca o sonho em oposição a ideia de realidade. Portanto, o sonho é algo que deve ser desconsiderado para a vida real, para a vida útil. A desconsideração do sonho como elemento constitutivo da vida em articulação com a realidade contribuiria, segundo o autor, para termos uma pálida, ou mesmo estéril imaginação social e política.

Existe, então, essa maneira de pensarmos o novo século e os seus desafios, que é com base nas ideias de inexorabilidade e de aceitação da existência de um tempo linear, a-

<sup>1</sup> Adaptado da palestra apresentada na mesa redonda “Perspectivas da Formação de Professores para o Enfrentamento dos Desafios do Novo Século”, III Encontro da Licenciatura em Geografia, 3 ELG, PUC-Rio, abril de 2024.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia; Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; rmuff2009@gmail.com



histórico e apolítico. Um tempo que impõe condições para seguirmos vivendo. E eu digo que essa perspectiva é de um tempo a-histórico ou apolítico porque esse novo século seria uma espécie de entidade ou personagem central de uma história evolutiva e inevitável. Um personagem que está sempre ali, indicando as tarefas que devemos cumprir numa espécie de *reality show* da modernidade. De acordo com esse pensamento, não temos outro caminho a seguir, não temos como escapar; temos de encontrar formas de nos adaptar ao que aparece como demanda. Não foi isso que nós vimos na época da pandemia? “É o novo normal”, “temos que nos adaptar”, “não, o futuro vai ser assim, a gente precisa entender para poder se inserir nele, nessas coisas que acontecem por aí”.

Uma outra forma de conhecer ou melhor, de conceber o novo século é considerá-lo um recorte histórico, aquilo que ele é. Simplesmente um período histórico a ser observado, identificado, destrinchado e compreendido. Dentro desse período histórico temos os contextos e as conjunturas que compõem o jogo de ideias forças, agentes e materialidades com as quais tocamos os nossos projetos. Nesse ponto, vale lembrar que já se vão cerca de 40 anos desde que David Harvey nos alertou sobre as armadilhas da chamada pós-modernidade, principalmente, na tentação de superdimensionar o tempo como elemento explicativo das nossas relações, e ao mesmo tempo desconsiderar o espaço, tornando-o um acessório ou palco do tempo. Também Milton Santos denunciou a farsa constitutiva dos movimentos globais do capital e seus grandes agentes que demandam a reprodução em bases cada vez mais desenfreadas e desagregadoras. E para isso desarticulam e desorganizam lugares, reorganizando-os ao seu feitio e desejos. Aliás, Milton Santos já utilizava o termo “cinismo” para se referir ao momento atual do capitalismo, ainda nos anos 90.

Reparem que chamei de “momento atual”, aquele das falas de Milton Santos, na última década do século XX. Ora, tendo o cuidado de observar algumas particularidades – dadas sobretudo pelo desenvolvimento tecnológico e as suas relações com a economia, a política e a geopolítica – podemos dizer que vivemos o mesmo momento histórico. E não são poucos os motivos para arriscar esse recorte: estamos no mesmo contexto de expansão das grandes empresas globais, estamos no mesmo contexto de tensionamento do poder e do papel dos Estados, de massacres e guerras que alimentam o capital, de concentração imoral de renda (tanto em nível global quanto internamente nos países, e o Brasil, em especial nisso). E esses são apenas alguns pontos que confirmam o alargamento desse recorde histórico, e que nos fariam questionar memo que um pouco, essa ideia de “novo século”. Esse novo século, portanto, não é tão novo assim.

Especificamente, no campo da educação, desde os anos 90 vivemos o império dos ditames da chamada Nova Gestão Pública – ou pelo menos das suas bases – e das racionalidades do mercado orientando os rumos dos sistemas, assim como das políticas em geral, como por exemplo as políticas de *accountability* (ou de responsabilização), os currículos padronizados, as políticas públicas centradas na avaliação externa e em larga escala, a presença indiscutível e inquestionável da Pedagogia das Competências, as investidas ideológicas dos grupos empresariais, bem como a medicalização e a judicialização das relações cotidianas. Esses são apenas alguns aperitivos do que vamos poder discutir sobre o passado, o presente e os rumos de educação. Passamos a conversar sobre a educação utilizando esses termos, essa gramática; passamos a lidar com esses elementos como se sempre tivesse sido assim.

Essa é a leitura que eu faço. Ela pode parecer um pouco pessimista e até mesmo paranoica. Pode parecer que estou aderindo ao pessimismo de Mark Fisher, mas eu vou dar dois exemplos de que eu não estou falando de maneira exagerada. Primeiro, lembro de quando li, em 2017, pela primeira vez, o livro “Educação Global S. A.” (*Global Education Inc.*),



de Stephen Ball, publicado no Brasil em 2014. Eu fiquei intrigado com um nome que eu encontrei naquele livro. Bom, em linhas gerais o Stephen Ball, que era um pesquisador que se dedicava muito sobre questões do campo do currículo, até então. Nesse livro, de maneira para mim surpreendente, ele se debruçou sobre o tema da incorporação do campo da educação pelo campo econômico. Ele procurou identificar uma série de agentes importantes para a construção de uma agenda global para a educação baseada em princípios liberais e ultraliberais. Reparem que eu estou falando de questões que são na reprodução do capital, da mercantilização, mas também de elementos ideológicos.

Ball listou organizações filantrópicas, organizações empresariais, *think tanks*, fundações e agentes individuais, sobre os quais descreveu algumas das suas atividades. Ele produziu mapas com as conexões entre eles e escreveu um subcapítulo que é específico sobre *think tank* brasileiros (*Atlas, Liberty e Brasil*). Nesse trecho estão citados o Instituto Millenium, Instituto Liberal, Instituto Atlântico, Instituto Mises e o Instituto de estudos Empresariais. Em determinado momento do livro, então, apareceu aquele nome que me deixou intrigado: Charles Murray. Esse personagem é uma espécie de intelectual de ocasião contratado para difundir ideias liberais ao redor do mundo, dando a essas propostas um ar de cientificidade. O que me intrigou é que eu já conhecia esse nome. Decidi conferir em outro livro, publicado no Brasil em 2001. Só que esse era um livro de outro campo, de outro tema.

Trata-se de uma obra conhecida no campo da sociologia criminal, da criminologia e da segurança pública. O livro se chama “As Prisões da Miséria” (2001), escrito por Loïc Wacquant. Está lá a figura de Charles Murray, que aparece como um personagem que defende a chamada *bell curve* – uma teoria de fundo racista e de uso bastante perigoso, que dá sustentação ao conjunto de políticas nomeadas como de *segurança zero*. No caso abordado por Wacquant, uma proposta inaugurada e colocada em prática pelo prefeito de Nova Iorque, Rudolf Giuliani. Na época Murray foi apresentado por Lacan como um desconhecido que teria surgido do nada como intelectual e pesquisador do tema da segurança pública, e que produziu e fez apresentações sobre teoria *the bell curve*, que serviu de substrato teórico para a política de tolerância zero, do Rudolf Giuliani a partir de 1994. O estranho é aparecer o mesmo sujeito citado em dois livros tão distintos. Porém, lembremos que a política de segurança zero também pode ser vista como uma política global para a segurança pública urbana. E estamos olhando para políticas globais de educação hoje.

Creio que a menção a Murray nos dois livros não é uma questão de ecletismo profissional, mas ela acontece, principalmente, pelas conexões entre os agentes que dão sustentação às suas políticas. Algo que o próprio Ball alerta. São conexões de grandes institutos, grandes agentes, que atravessam diversas áreas da nossa pública, da nossa vida política, da nossa vida cotidiana.

Aqui está então a chave de leitura que eu proponho para entendermos o que seriam esses desafios do novo século. Tomo emprestado o pensamento do italiano Massimo Pavarini – que faz essa reflexão para lidar com a questão do crime – fazendo as devidas ressalvas dessa apropriação para pensarmos a educação: entendo que o nosso real desafio é identificar e compreender qual é a *demand a por ordem* de nossa formação econômica e social. A partir daí podemos entender melhor os contornos do objeto da educação e o conjunto de forças que tensionam o campo educacional na direção que observamos hoje.

Então, a questão não seria o “desafio”, mas a demanda por ordem que está conformando a educação, o campo da educação e os seus diversos elementos internos, nas direções que nós vemos hoje. Como já disse no início dessa fala, em escala mundial, temos um conjunto de atores e agentes, como os institutos empresariais e filantrópicos, por exemplo,



Atlas, Bill e Melinda Gates, Bill Clinton, entre outros, que financiam projetos e agentes coletivos e individuais, como difusores de ideias liberais no campo da educação. Grupos empresariais, como o REDUCA, na nossa América Latina, incidem direta e indiretamente sobre políticas diversas, de educação – indo desde as políticas curriculares até as de gestão das escolas, passando, é claro, pela de formação de professores, em escala nacional. Também temos grupos empresariais organizados, institutos, fundações ditas em prol da educação, assim como empresas ligadas diretamente ao setor, que atuam tanto na esfera de educação pública, quanto na educação privada, bem como na definição das políticas que ordenam o campo.

Todos pela Educação, Todos pela Base, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann e Fundação Itaú, são apenas alguns nomes que se tornaram comuns nos debates midiáticos. Esses agentes empregam e mobilizam um grande número de profissionais que produzem e difundem ideias, constroem políticas e discursos sobre educação brasileira. Como um dos desdobramentos bem-sucedidos dessas ações podemos citar a constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se tornou um consenso de “necessidade” para a educação brasileira. Outro exemplo, é a naturalização de conceitos e expressões que passaram a compor uma gramática sobre a qual, e a partir da qual debatemos educação hoje. Falamos, tranquilamente, sem qualquer reflexão ou pelo menos ouvimos de maneira naturalizada coisas como “direito de aprendizagem”, nota no IDEB, competências, habilidades, evidências, entre outros. Está tudo lá, na BNCC, como se fosse uma coisa boa por princípio. Não falamos mais em direito à educação; isso foi convertido em direito de aprendizagem. Isso tem desdobramentos terríveis. Utilizamos a nota do IDEB para dizer se a escola é boa ou ruim, se melhorou ou piorou.

Essa gramática empresarial ao mesmo tempo pauta e delimita o campo. Ela conforma o campo, na medida em que constitui o aparato discursivo que nos permite conceber o funcionamento das escolas e das redes, o trabalho docente, bem como todos os elementos do sistema. É importante abrir uma nota, nesse ponto, para citar dois autores que pesquisam o trabalho e o trabalhador, de maneiras diferentes. Um morreu há pouco tempo: Maurice Tardif. Ele se debruçou muito sobre o trabalho docente a partir da organização do trabalho escolar. A organização da escola conformando e reorientando o trabalho docente. O outro é Christophe Dejourn, no campo da Psicologia, que fala sobre o sofrimento do trabalho, e fala sobre isso a partir da organização do trabalho e dos trabalhadores. Ele pesquisou muito sobre o trabalho de aviadores, policiais, mas podemos encontrar desdobramentos de pesquisas influenciadas pelos seus trabalhos, no campo da pesquisa sobre a docência no Brasil.

O fato é que temos um sistema educacional nacional e sistemas regionais, organizado à imagem e semelhança do empresariado, como muito bem escreveram por Rebecca Tarlau e Kathryn Moeller, em um importante artigo de 2020, sobre o grupo Lemann e a construção da BNCC: “O consenso por filantropia – como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil”. E eles usaram exatamente esse termo: construir uma política a sua imagem e semelhança. Isso se dá não apenas por conta de instrumentos administrativos, políticos ou jurídicos reguladores, como a estruturação do Estado dentro dos princípios da já citada Nova Gestão Pública, a Lei do Novo Ensino Médio (em princípio, 15.415/2017) e a BNCC, mas também pelos elementos discursivos e ideológicos com legitimam e consolidam o projeto. Voltarei a esses pontos mais adiante.

O segundo exemplo, eu deixo que ele literalmente fale por si mesmo.

Precisamos aumentar o desemprego. O desemprego precisa aumentar em 40%, 50%. Precisamos fazer a economia sofrer. Precisamos lembrar as pessoas que elas trabalham para





o empregador, não o contrário. Existe uma mudança sistemática, onde o trabalhador considera que o patrão tem sorte em ter funcionários e deveria ser o contrário. Então, essa dinâmica precisa mudar. Precisamos matar esse pensamento e isso acontece quando machucamos a economia, que é o que o mundo está tentando fazer. Governos do mundo inteiro estão tentando aumentar o desemprego para conseguir um pouco de normalidade. (Tim Gurner, fundador do Gurner Group, 2023).

Tim Gurner é fundador e CEO do Gurner Group, e ele proferiu essa fala em outubro de 2023, em um evento para empresários na Austrália. Só que três anos antes, no dia 25 de julho de 2020, o bilionário Elon Musk, na rede social Twitter, escreveu: “vamos dar um golpe em quem quisermos”, em resposta a um seguidor que o havia provocado, dizendo que o governo dos Estados Unidos teria organizado um golpe de Estado na Bolívia, para depor o presidente Ivo Morales, para que a sua empresa, Tesla, pudesse obter e explorar o lítio daquele país. Na última semana, o mesmo Musk voltou à cena, agora via sua própria empresa, X (antigo Twitter), e provocou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre Moraes. E já apareceram várias suspeitas dos motivos dessa provocação contra elementos do Estado brasileiro: a descoberta de lítio em Minas Gerais, a articulação da extrema-direita mundial, os interesses em vender serviços de conexão de internet por satélite para programas do Mistério da Educação, entre outros.

A questão é que declarações desse tipo só são possíveis porque existe uma espécie de consenso (portanto, ideológico) sobre ser normal tamanha concentração de riqueza e poder nas mãos de um ou outro personagem. Esse fato foi reconhecido como algo tão natural quanto as cercas que demarcam os terrenos urbanos e rurais. Segundo o Relatório Global de Riqueza, de 2023 (Global Wealth Report), lançado pelo Banco Suíço UBS, o Brasil lidera o ranking mundial de concentração de renda e riquezas, com o 1% mais rico, embolsando 48,4% do montante do país, superando países como a Índia (41%) e os Estados Unidos (34,3%). A concentração mundial nas mãos do 1% do topo do planeta é de 44,5%.

A revista Forbes publicou, em 2 de janeiro de 2024, uma lista das pessoas mais ricas do mundo. Nessa lista, a soma das riquezas das dez primeiras pessoas era de 1,74 trilhão de dólares. Se fosse o Produto Interno Bruto (PIB) de um país, ele seria o décimo terceiro do mundo, a frente da Coreia do Sul (com 1,71 trilhão), da Austrália, (1,69 trilhão) e da Espanha (1,58 trilhão). Existe uma linha nada tênue que liga as falas de Gurner e Musk aos números do Relatório Global de Riqueza e ao nosso debate. Thomaz Piketty (que em 2014 publicou “O Capital no século XXI”) e Guy Standing (que escreveu “O Precariado: a nova classe perigosa”, publicado em 2013) são exemplos de autores que nos ajudaram a identificar essa linha – e ela atende pelo nome de ideologia, em última instância. Podemos considerar *ideologia* como perspectiva de mundo, como “falsa consciência” (Marx) ou, de uma maneira bem aligeirada, como as ideias que aprendemos e ensinamos sobre as coisas do mundo e a interpretação que damos a elas e aos fenômenos.

No campo da educação, que é o que nos interessa neste momento, tem sido consenso também discutir os seus rumos a partir de critérios de qualidade baseados em *eficiência*, *rendimento* e *metas mensuráveis*. Portanto, tudo tem sido debatido dentro de uma gramática mercadológica, difundida e afirmada por agentes de diversas matrizes e matizes. Nomes como Maria Helena Guimarães Castro, Tatiana Filgueiras, Priscila Cruz, Neca Setúbal, Viviane Senna, Tabata Amaral e Cláudia Costin – com explícitas relações com fundações privadas, grupos empresariais ou entidades como o Banco Mundial e a OCDE – se tornaram referências para o monólogo sobre a educação no país. E esse é o caldo que temos para pensarmos a formação de professores nesse “novo século”.

Observemos a entrevista concedida ao canal Futura, por Tatiana Figueiras, do Instituto Ayrton Senna:

Entrevistador: O que seria, no final das contas, o que a gente espera que os alunos aprendam? Já que não vai ser aprendizado em português e matemática, não vai ser o QI, o que a gente quer colher lá na frente?

Tatiana Figueiras: São competências como colaboração, comunicação, pensamento crítico, capacidade de você recobrar a sua calma depois de um momento de estresse, autorregulação, capacidade de planejar o próprio estudo, capacidade de alcançar metas, disciplina, foco. São uma série de competências que são requeridas hoje no mercado de trabalho. A gente fez uma pesquisa com 266 empresas para entender quais as competências que hoje são necessárias para ter sucesso, para entrar e ter sucesso no mercado de trabalho.

A resposta da entrevistada é uma ilustração bem-acabada da gramática sobre a qual e a partir da qual nós conversamos sobre educação hoje. O que seriam os rumos. Então, como uma vez entendidos os contornos dessas demandas por ordem atuais, como podemos pensar a formação de professores?

Primeiro, merece menção o trabalho da pesquisadora Erika Martins, que destrinchou o grupo Todos Pela Educação, em dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2013. Nela, Martins produziu um mapeamento da atuação e das conexões dos diversos agentes empresariais dentro de um projeto de educação para o país.

|                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| Grupos empresariais <sup>61</sup> | <p><b>Indústria:</b> Grupo Gerdau, Votorantim, Metal Leve S.A, Grupo Camargo Correa, Suzano Holding S/A, Irmãos Klabin &amp; Cia, Grupo Orsa, Grupo Odebrecht, AMBEV/INBEV.</p> <p><b>Financeiro:</b> Grupo Itaú/Unibanco, Bradesco, Banco Santander, Citibank Brasil.</p> <p><b>Comércio e Serviços:</b> Grupo Pão de Açúcar, Grupo Dpaschoal, Grupo Gruber, AMBEV.</p> <p><b>Comunicação:</b> Organizações Globo, Grupo Abril, Grupo RBS de Comunicação/TV Rede Brasil Sul, TV1, Rede Bahia Comunicação, Grupo Bandeirantes, Grupo Ypy Publicidade e Marketing, Lew'Lara/Tewa Publicidade.</p> <p><b>Tecnologia e Telecomunicações:</b> Telefônica, Grupo Promon.</p> <p><b>Editorial:</b> Grupo Santillana/PRISA (Avalia - Assessoria Educacional).</p> <p><b>Educação:</b> Grupo Positivo, Yáziqi Internexus.</p> |
|-----------------------------------|---|

Quadro 1: Principais Grupos Empresariais Ligados ao Todos Pela Educação (TPE) - 2022  
Fonte: Érika Martins, 2013

Como vemos, são agentes que atuam de maneira bastante organizada, desde a produção de discursos até a elaboração e execução das políticas. É importante termos em mente a atuação dos grupos empresariais nas políticas de formação de professores, tanto nos elementos de execução quanto no de produção de discursos sobre as “necessidades” para essa formação.

Vejamos agora os dados do censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

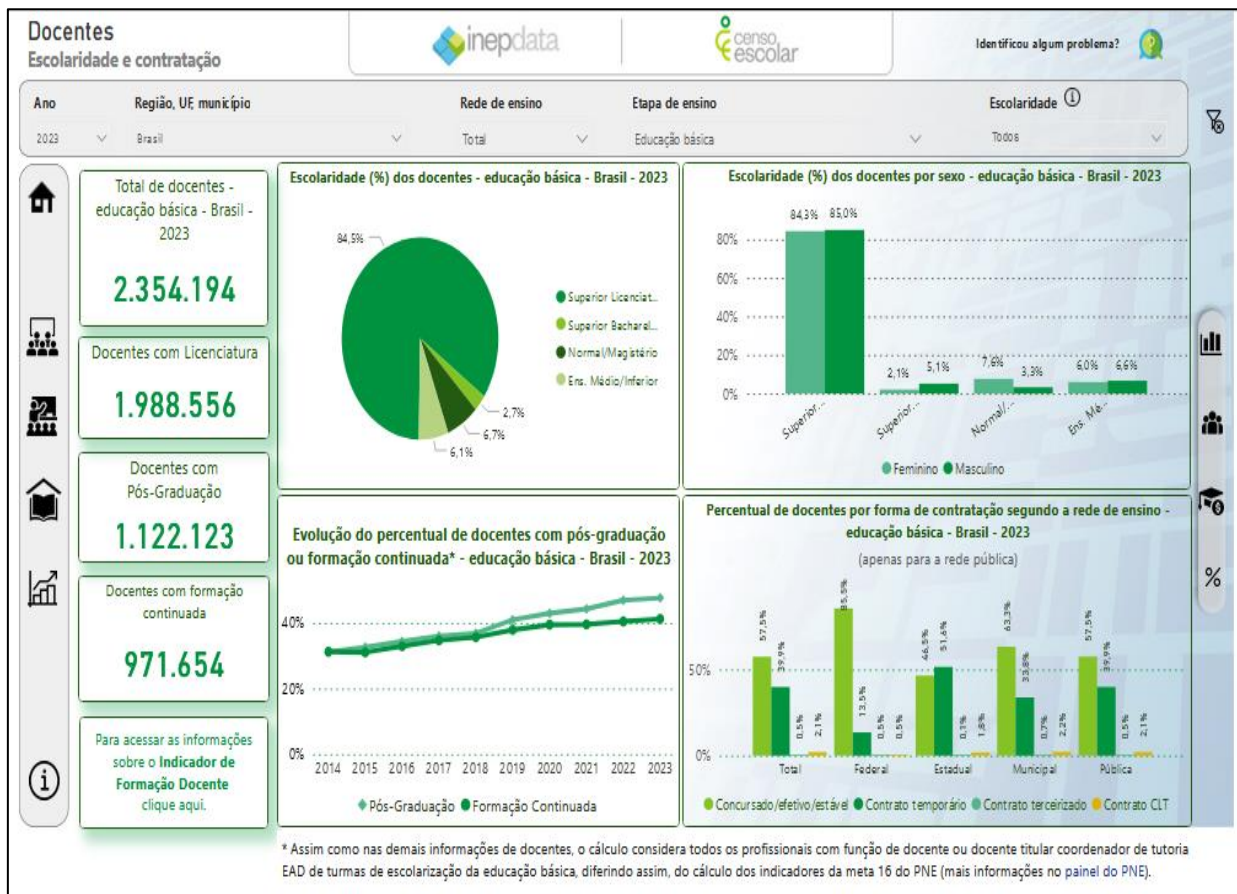


Tabela 1: Estatísticas Magistério no Brasil – 2022  
Fonte: INEP

Nós temos hoje, talvez, a maior ou uma das maiores categorias profissionais do país, com 2,3 milhões de professores. A partir do momento em que falamos que o campo de educação foi incorporado pelo econômico, isso significa que estamos lidando com um contingente de mão-de-obra poderosíssimo.

Do ponto de vista econômico e da viabilidade econômica deste campo, faz sentido que essa mão de obra seja discursivamente desqualificada, desvalorizada ou, no mínimo, questionada. É necessário, na perspectiva do mercado, que essa mão-de-obra seja ajustadas às demandas do capital, portanto, redesenhada, reordenada.

A queda no número de concluintes, de 2016 a 2022 é significativa, em termos gerais; se observarmos o caso da Geografia, o percentual é preocupante, mas em números absolutos talvez não seja o caso mais expressivo.

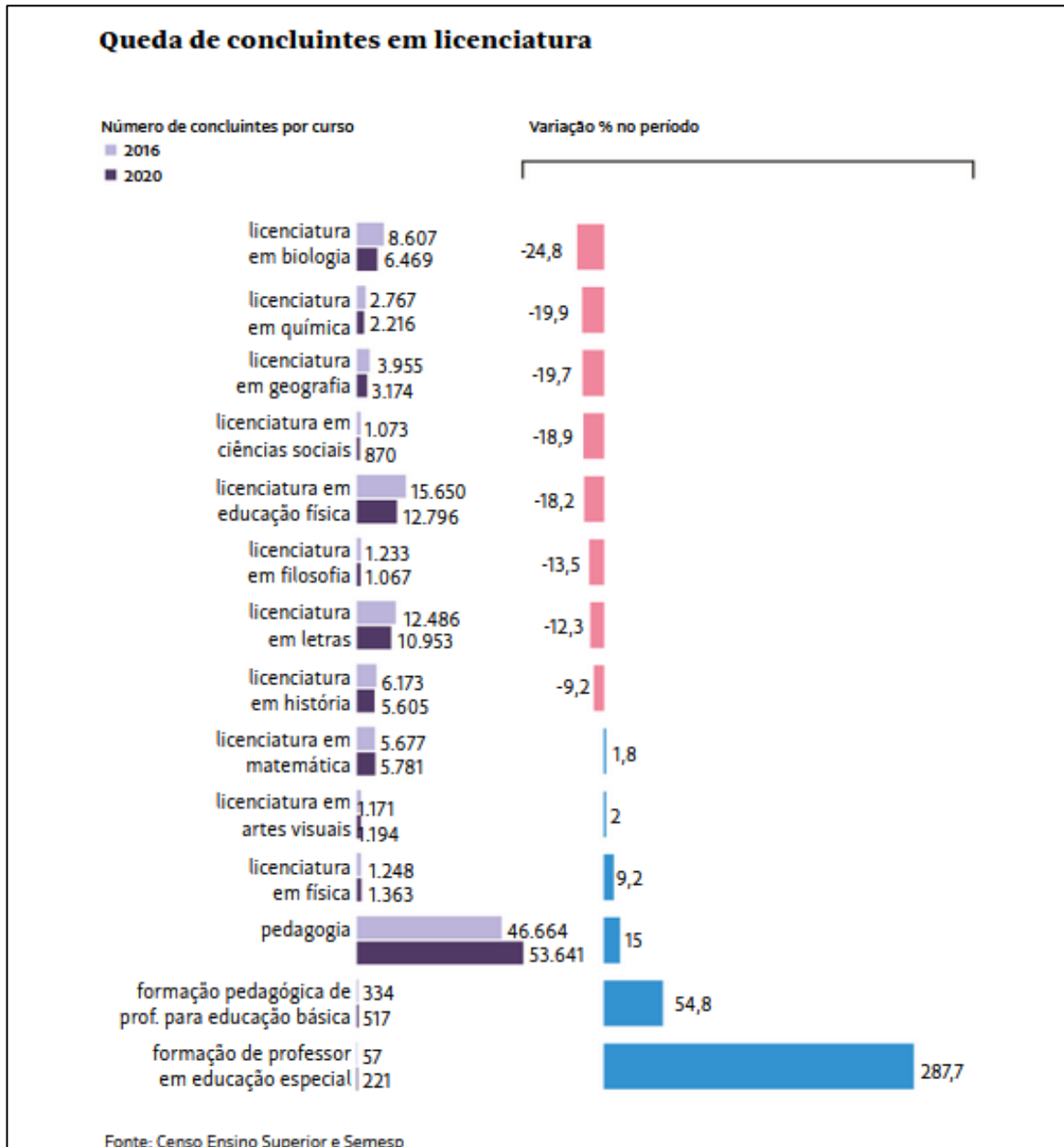


Tabela 2: Concluintes dos Cursos de Licenciaturas – 2022  
 Fonte: INEP

Passemos aos números das modalidades da formação presencial e via Educação à Distância (EaD):



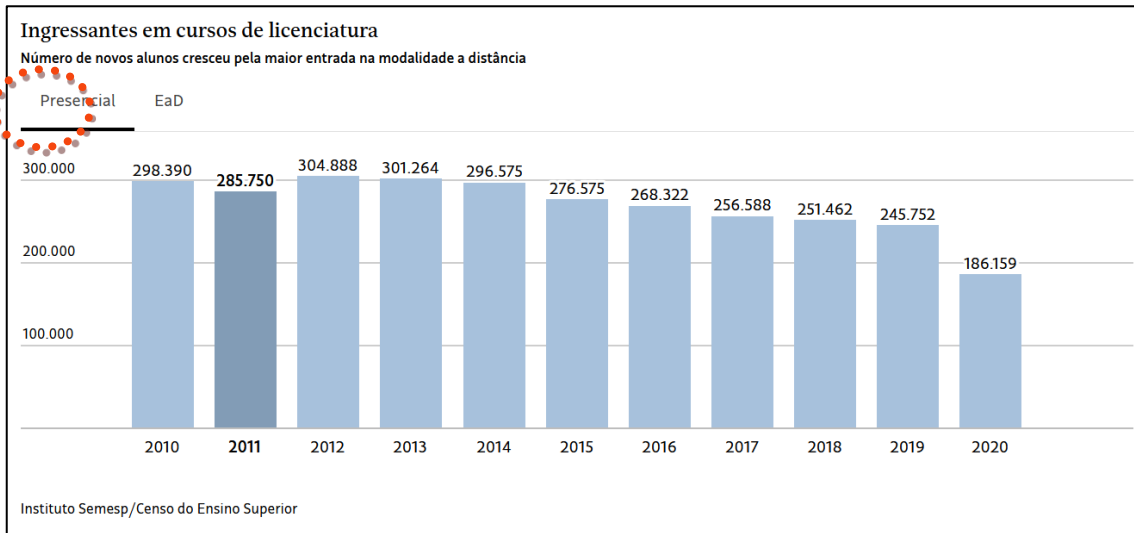


Tabela 3: Ingressantes em Cursos de Licenciaturas (modalidade presencial) – 2022  
Fonte: INEP

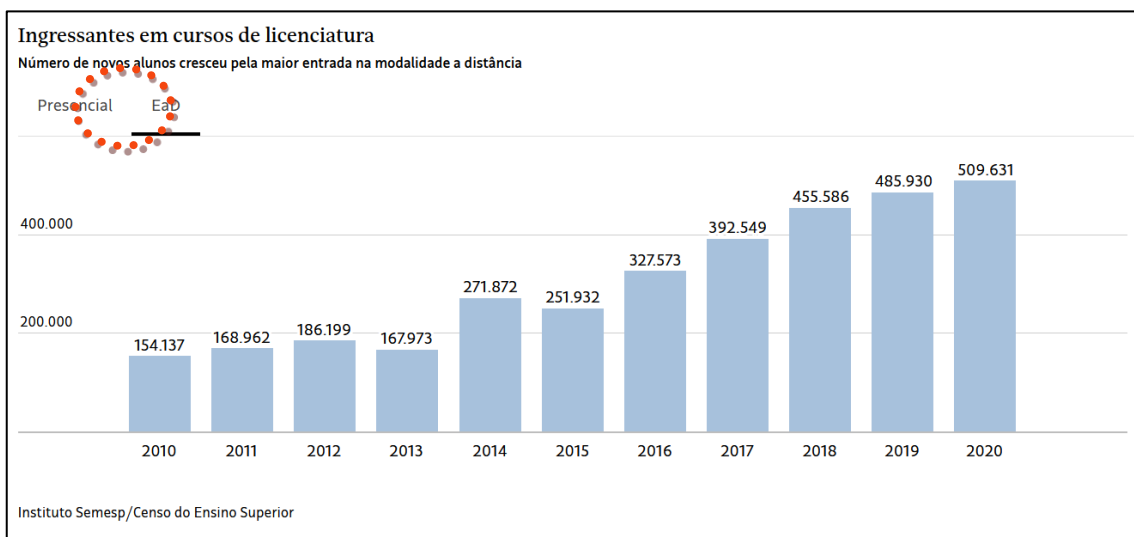


Tabela 4: Ingressantes em Cursos de Licenciaturas (modalidade EaD) - 2022  
Fonte: INEP

Esses dados nos apresentam um quadro bastante alarmante do que vem se tornando a formação de professores, no Brasil. Somados a esses números de crescimento das formações na modalidade de Educação à Distância (EaD), em detrimento dos cursos presenciais, temos uma presença cada vez mais expressiva das instituições privadas, associada a uma estagnação das instituições públicas. No caso, instituições privadas explicitamente empresariais, pois são classificadas como “instituições com fins lucrativos”. Essa mudança observada nos últimos quinze anos é muito importante nos últimos. Nesse movimento, passamos presenciar uma série de fusões, compras, vendas e outras transações, sem contar a profusão de fundos de investimentos ligados ao setor. Há pouco tempo, um orientando de trabalho de conclusão de curso de graduação produziu um estudo sobre a espacialidade dos três maiores grupos de escolas privadas no Rio de Janeiro. É o que



podemos chamar de “escolas de rede”. Ele identificou um movimento setorial, como “quem está onde”, no mercado das escolas privadas, no Rio de Janeiro. Redes privadas que se expandem via aquisições de diversas formas e que trocam de donos e grupos gestores com uma certa fluidez. Isso acontece no setor das escolas privadas e no município do Rio de Janeiro.

Os quadros mostrados aqui nos indicam questões ligadas aos cursos de formação de professores, ou seja, uma fatia da educação superior. O que vemos sobre as mudanças nos cursos de formação são não um problema, mas o sucesso de um processo que se iniciou nos anos de 1990. Portanto, podemos tomar o momento atual como parte de um período que vem sendo ampliado sobretudo a partir dos anos 90. Podemos utilizar como marco, mais especificamente o ano de 1995, quando da assinatura do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (*General Agreement on Trade and Services/GATS*), pelos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Acordo esse que passou a vigorar somente a partir de 2005, e que “atribui a educação o valor de mercadoria a ser utilizada na economia global”, de acordo com José Emílio Diniz-Pereira (2015).

É sobre isso que nós estamos falando, quando nos referimos a formação de professores: o “novo século” é o século da imposição sem limites do capital. Em termos de regulação, podemos arriscar (e talvez eu seja acusado de exagero) um retorno ao século XIX. Vivemos o tensionamento sobre uma série de conquistas trabalhistas e de direitos foram conquistados ao longo de um século.

Nesse sentido, com base nas informações e debates que eu trouxe até aqui, proponho pensarmos o que significa uma formação de professores em meio a:

1) Políticas de ordenamento curricular da formação de professores com uma radicalização da prática e esvaziamento da teoria, que fica restrita ao domínio de conteúdos, competências e habilidades do currículo prescrito para a educação básica.

(A Resolução nº2 de 7 de julho de 2015 e a Resolução nº2 de 20 de dezembro de 2019 são os últimos instrumentos regulatórios para a área. Vale destacar o curto tempo entre ambas as resoluções de 2015, sobretudo as de 2019, colocam a formação de professores como tributária da base nacional. Formar professores é formar gente para aplicar a base.)

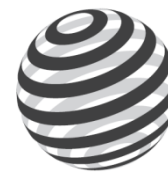
2) O esvaziamento do caráter intelectual da docência, substituído pela valorização do domínio das boas metodologias de ensino.

3) O domínio da ideia de “qualidade” referente ao resultado de estudantes nas avaliações externas.

4) A expectativa de inserção desprofissionalizada ou semiprofissionalizada, em um mercado de trabalho cada vez mais hostil e cerceador da autonomia profissional e intelectual.

Vamos lembrar os contratos precários e a contratação por funções como monitores, facilitadores, tutores, entre outros, descaracterizando profissional e profissão. Contratos por cooperativas, contratação mediada por aplicativos, sobre- funções e descaracterização da profissão, são algumas das estratégias dos empregadores privados. Nos estados e municípios, nas redes oficiais, os contratos temporários, pagamentos para jornadas de horas extras, a figura dos professores eventuais, os contratos não estatutários, as demandas por atuar em disciplinas dentro das áreas do conhecimento ou em disciplinas eletivas sem lastro, com as disciplinas de formação de professores e empreendedorismo, que rola por aí, são exemplos da desprofissionalização do setor estatal.

Termino deixando algumas questões para conversarmos.



- 1) Seria possível pensarmos uma formação de professores a partir do enfoque na profissionalização e das inserções desses no *mundo* do trabalho e não no *mercado* do trabalho?
- 2) Podemos deixar em segundo plano desejos e modismos de conteúdos curriculares para nos concentrarmos naquilo que Florestan Fernandes escreveu como a “formação política e o trabalho do professor”?
- 3) Por último, há espaço hoje para propormos uma formação de professores que seja dialogada com os próprios professores em formação?

### Referências Bibliográficas

- BALL, Stephen J. **Educação global S. A.** – Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPPG, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, de Reforma do Ensino Médio. Brasília, 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº2 de 7 de julho de 2015. Brasília, 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº2 de 20 de dezembro de 2019. Brasília, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- DINIZ-PEREIRA, José Emílio. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, p. 273-280, 2015.
- FERNANDES, Florestan. A formação política e o papel do professor. **Coleção: o pensamento educacional de Florestan Fernandes**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação** – Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HARVEY, David. **A loucura da razão econômica** – Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.
- INEP. Sinopse Estatística da Educação Básica 2022.
- MARTINS, Erika Moreira. **Todos Pela Educação?** – Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina**: Redes empresariais prol educação. Tese (Doutorado)—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2014.



RAMOS, Marise Nogueira. **Pedagogia das competências** – autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez Editora, 2002.

RIBEIRO, Sidarta. **O oráculo da noite** – a história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à ciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. São Paulo: Autêntica, 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2012.

TARDIF, Maurice; LEVASSEUR, Louis. **A divisão do trabalho educativo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TARLAU, Rebeca; MOELLER, Kathryn. O Consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.

BANCO UBS. Global Wealth Report 2023.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. São Paulo: Zahar, 2001.

### Vídeos e links

“Milionário australiano diz que é preciso ‘aumentar o desemprego’ no mundo”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkyMeEYf1HU> . Acessado em 04 dez 2023, às 12h30min.

“Escola prepara para a vida - Tatiana Filgueiras - Entrevista - Canal Futura”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C8aTMwNVPvI>. Acessado em 03 dez 2023, às 17h.

“Mapa do ensino superior no Brasil – 13ª Edição - 2023”. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/>. Acessado em 03 dez 2023, às 17h.